



**1º PLANO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA
ALIMENTAR**

**E NUTRICIONAL
2025-2028**

Brejo Santo/CE

**CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
– BREJO SANTO/CE**

Maria Gislaine Santana Sampaio Landim
Prefeita

Sérgio Moraes Costa
Vice-Prefeito

Maria do Carmo Bezerra Martins
Secretária Municipal de Assistência e Proteção Social

Patrícia Rolim Rocha
Secretária Municipal de Saúde

Francisco David Santos Júnior
Secretário Municipal de Educação Básica

Edjânio Tavares Lucena
Secretário Municipal de Desenvolvimento Agrário

**CAISAN – CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL**

Secretaria Municipal de Assistência E Proteção Social

Titular: Maria do Carmo Bezerra Martins

Suplente: Camila Sampaio Cabral

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Patrícia Rolim Rocha

Suplente: Márcia Úrsula de Castro Menezes

Secretaria Municipal de Educação Básica

Titular: Francisco David Santos Junior

Suplente: Maria de Fátima Alves

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário

Titular: Edjânio Tavares Lucena

Suplente: Edgar Carvalho de Sousa

GRUPO DE TRABALHO DE ELABORAÇÃO DO PLANO

Ana Paula de Jesus, Camila Sampaio Cabral, Cícera Pereira Mariano (Povo Isú-Kariri), Edgar Carvalho de Sousa, Maria Leily Moura (Técnica de Gestão), Márcia Úrsula de Castro Menezes, Maria de Fátima Alves, Maria Monalisa Leite, Thiago Ferreira da Silva Ribeiro



**CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
– BREJO SANTO/CE**

**CONSEA – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL

Titular: Maria Lucia Martins de Andrade

Suplente: Wislaine da Silva Cortez

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Maria Wergila Bento da Silva

Suplente: Vanesca Lucena Santana

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Titular: Ana Soegila Soares

Suplente: Maria Jadilma Otaviano De Oliveira

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Titular: Erociano Furtado de Oliveira

Suplente: Edgar Carvalho de Sousa

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BREJO SANTO-
CEARÁ (APAE)**

Titular: Ana Silvia Reinaldo

Suplente: Silvana Araújo Barbosa

ASSOCIAÇÃO BREJOSANTENSE DE APOIO A FAMÍLIA (ABAF)

Titular: Maria Monalisa Leite

Suplente: Atanailda Pereira Cavalcante

INSTITUTO ELE VIVE

Titular: Thiago Ferreira da Silva Ribeiro

Suplente: Mara Luiza Pereira Ribeiro Ferreira

INSTITUTO WELINGTON LANDIM

Titular: Ana Paula de Jesus

Suplente: Maria Clara Alves de Jesus

ORDEM DOS MINISTROS EVANGÉLICOS DE BREJO SANTO - OMEBS

Titular: Jozelio Cabral Oliveira

Suplente: Tayllon Vicente Ferreira da Silva

SINDICATO REGIONAL DOS ACS E ACE – REGIONAL XIX

Titular: Maria Zilda Silva

Suplente: José Hildo do Nascimento

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS – BREJO SANTO

Titular: Sonaira Ferreira da Silva

Suplente: Verônica Macedo Landim

POVO ISÚ-KARIRI

Titular: Cícera Pereira Mariano

Suplente: Ismaela Gomes dos Santos



CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – BREJO SANTO/CE

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) de Brejo Santo, referente ao período de 2025 a 2028, representa um marco histórico na consolidação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e reafirma o compromisso do município com a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) para toda a população.

Este é o primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional elaborado em Brejo Santo, fruto de um processo intersetorial e participativo que envolveu secretarias municipais, conselhos de políticas públicas, entidades da sociedade civil, agricultores, nutricionistas, educadores e lideranças comunitárias. A construção deste plano reflete o amadurecimento institucional do município no campo da segurança alimentar e seu alinhamento com os princípios estabelecidos pela Lei nº 11.346/2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional), pelo Decreto nº 7.272/2010, bem como pela Lei Municipal nº 839/2015, que instituiu o SISAN local.

Mais do que um instrumento técnico, este plano é a expressão de um compromisso político e ético com a superação da fome, a valorização da agricultura familiar, a promoção de hábitos alimentares saudáveis e o fortalecimento da soberania alimentar. O PLANSAN estabelece diretrizes e ações integradas nos eixos da produção sustentável de alimentos, acesso a alimentos adequados e saudáveis, educação alimentar e nutricional, monitoramento da situação nutricional da população e participação social.

Nos próximos quatro anos, este plano será o principal norteador das políticas públicas municipais voltadas à segurança alimentar e nutricional. Ele coloca Brejo Santo em sintonia com os esforços estaduais e nacionais de combate à fome e promoção do direito à alimentação, tal como assegurado no artigo 6º da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 64/2010.

Com este primeiro plano, Brejo Santo dá um passo firme na construção de uma cidade mais justa, saudável, solidária e livre da fome.

Gislaine Landim
Prefeita

Maria do Carmo Bezerra Martins
Presidente da CAISAN Municipal
Secretária Municipal de Assistência e Proteção Social

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – BREJO SANTO/CE

1. INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) refere-se à realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse conceito baseia-se em práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitam a diversidade cultural e são ambiental, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

O presente Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) tem como objetivo estruturar e orientar ações intersetoriais voltadas à promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável no município de Brejo Santo/CE. Busca garantir o acesso regular e permanente da população a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, respeitando a diversidade cultural e promovendo práticas alimentares saudáveis.

A alimentação é reconhecida como um dos direitos sociais fundamentais do cidadão brasileiro. Esse direito foi formalmente incorporado ao texto constitucional por meio da Emenda Constitucional nº 64, de 2010, que alterou o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, incluindo a alimentação entre os direitos sociais, ao lado da educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Essa mudança representa um marco jurídico importante ao estabelecer que o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, é uma responsabilidade do Estado, devendo ser assegurado por políticas públicas estruturadas, como este Plano ora apresentado.

A Lei nº 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com o objetivo de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O Decreto nº 7.272/2010 regulamenta essa política, estabelecendo mecanismos para integração de políticas públicas e participação social.

No âmbito local, o município de Brejo Santo institucionalizou sua política de segurança alimentar e nutricional por meio da Lei Municipal nº 839, de 10 de março de 2015, ano também em que foi feita a adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Essa legislação estabelece as bases para a formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável no território municipal, em consonância com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A adesão ao SISAN em Brejo Santo representa um avanço importante para a governança intersetorial, a participação social e a consolidação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como prioridade política e institucional do município.

A SAN é um dos pilares para a promoção da saúde pública, o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades sociais. Em Brejo Santo, sua importância se traduz na necessidade de enfrentar problemas como a insegurança alimentar, desnutrição, obesidade e o acesso desigual aos alimentos, além de fortalecer a agricultura familiar e os sistemas alimentares locais.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) de Brejo Santo/CE estrutura-se em consonância com essas diretrizes nacionais e tem como finalidade orientar a formulação, execução, monitoramento e avaliação de ações intersetoriais que

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – BREJO SANTO/CE

promovam o acesso universal à alimentação adequada, com foco especial nas populações em situação de vulnerabilidade.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2023), mais de 735 milhões de pessoas no mundo sofrem com a insegurança alimentar. No Brasil, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 (Rede PENSSAN, 2022) revelou que mais de 33 milhões de pessoas viviam em extrema vulnerabilidade e com a fome, realidade também sentida em municípios como Brejo Santo.

Assim, este plano representa um compromisso do município de Brejo Santo com o desenvolvimento humano sustentável, a equidade social e a promoção da saúde da população, articulando diferentes setores e atores sociais em prol da segurança alimentar e nutricional de todos os seus cidadãos.

Brejo Santo possui aproximadamente 53.778 habitantes (IBGE, estimativa 2024), com concentração populacional nas zonas urbana e rural. A economia é baseada no comércio, serviços, agricultura familiar e indústria de calçados. Entretanto, persistem bolsões de pobreza, vulnerabilidade social e insegurança alimentar, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas.

Embora existam feiras livres, supermercados e programas como o PAA e PNAE, ainda há barreiras de acesso a alimentos saudáveis devido ao baixo poder aquisitivo, ao alto custo de alimentos in natura e ao consumo excessivo de ultraprocessados.

2. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

2.1 Análise Socioeconômica

Brejo Santo, localizado no sul do Ceará, possui uma população estimada em aproximadamente 50 mil habitantes. A economia local é predominantemente baseada na agricultura familiar, comércio e serviços. Apesar dos avanços em infraestrutura e serviços públicos, o município ainda enfrenta desafios relacionados à pobreza e à insegurança alimentar, especialmente em áreas rurais e entre populações vulneráveis.

2.2 Estado Nutricional

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) é a principal ferramenta para monitorar o estado nutricional da população atendida na Atenção Primária à Saúde. Em Brejo Santo, os dados disponíveis indicam preocupações o aumento de casos de sobrepeso e obesidade em diferentes faixas etárias.

Comparativamente, o estado do Ceará e a região Nordeste apresentam padrões semelhantes, com prevalência significativa de desnutrição em crianças e aumento de sobrepeso e obesidade em adolescentes e adultos. No Brasil, observa-se uma tendência crescente de obesidade, especialmente em áreas urbanas, enquanto a desnutrição ainda persiste em comunidades mais vulneráveis.

2.3 Produção e Disponibilidade de Alimentos

A produção agrícola em Brejo Santo é caracterizada por cultivos de subsistência e pequenas propriedades familiares. A disponibilidade de alimentos frescos e nutritivos é limitada, especialmente em períodos de seca, o que impacta diretamente na segurança alimentar da população.

2.4 Acesso e Consumo Alimentar

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – BREJO SANTO/CE

O acesso a alimentos saudáveis é desigual. Os padrões de consumo alimentar indicam uma dieta pobre em nutrientes essenciais, com alta ingestão de alimentos ultraprocessados, contribuindo para o aumento de doenças crônicas não transmissíveis.

2.5 Programas e Ações Existentes

Brejo Santo tem implementado diversas iniciativas para fortalecer a segurança alimentar e nutricional de sua população, com destaque para os seguintes programas:

2.5.1 Benefícios Eventuais – CRAS e CREAS

Mensalmente é disponibilizado a doação de 150 cestas básicas para famílias acompanhadas pelos programas executados pelos CRAS e CREAS.

2.5.2 Programa Ceará Sem Fome

Instituído pela Lei Estadual nº 18.312/2023, o Programa Ceará Sem Fome é uma política pública estadual permanente de combate à fome e promoção da segurança alimentar. No município, o programa beneficia mais de 160 famílias por meio do Cartão Ceará Sem Fome, que fornece auxílio financeiro para a aquisição de alimentos.

Além disso, Brejo Santo conta com **cinco cozinhas solidárias** vinculadas ao programa, que oferecem refeições diárias a famílias em situação de vulnerabilidade social. Essas cozinhas são gerenciadas por organizações da sociedade civil em parceria com o governo estadual, contribuindo significativamente para a redução da insegurança alimentar no município.

2.5.3 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº 14.628/2023, visa promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Em Brejo Santo, o programa é executado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário (SMDA) e beneficiou em 2024: **37 Entidades, 73 agricultores familiares, 7.560 pessoas em situação de vulnerabilidade e foram investidos R\$ 728.852,68 (setecentos e vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos)**. O PAA fornece uma variedade de alimentos como abóbora, acerola, alface, banana, batata-doce, castanha de caju, entre outros.

2.5.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei nº 11.947/2009, garante alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Ele é uma das mais importantes políticas públicas de segurança alimentar do país, sendo reconhecido internacionalmente por sua abrangência, impacto social e articulação com a agricultura familiar.

Em Brejo Santo, o PNAE assegura refeições diárias a milhares de crianças e adolescentes matriculados na rede municipal de ensino. A alimentação escolar é planejada por nutricionistas, respeitando as necessidades nutricionais de cada faixa etária, hábitos alimentares regionais e princípios da alimentação saudável e sustentável. Além disso, o município cumpre a exigência legal de destinar no mínimo 30% dos recursos do programa para a compra de produtos da agricultura familiar local, fortalecendo a economia rural e promovendo o desenvolvimento sustentável.

O programa também fortalece a economia local por meio da exigência legal de que no mínimo 30% dos recursos do PNAE sejam destinados à compra de alimentos da agricultura familiar, favorecendo os pequenos produtores e promovendo circuitos curtos de comercialização.

O PNAE tem papel central na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), pois muitas crianças e adolescentes têm na escola a principal, e por vezes a única,

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – BREJO SANTO/CE

refeição balanceada do dia. Assim, além de promover o rendimento escolar, o programa atua diretamente na redução da fome e das desigualdades nutricionais no município.

2.5.5 Programa Bolsa Família

Benefício federal gerido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, voltado para famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo uma renda mínima para acesso à alimentação e outros direitos sociais.

2.5.6 Vale Gás Social

Política pública permanente instituída em 14 de setembro de 2021, que oferece vale-gás para recarga gratuita de botijão de gás (GLP 13 kg), até três vezes ao ano, a famílias cearenses em vulnerabilidade

3. DIRETRIZES E OBJETIVOS

Diretrizes Nacionais

O PMSAN de Brejo Santo adota as diretrizes da Política Nacional de SAN:

- Universalização do direito humano à alimentação adequada.
- Intersetorialidade e participação social.
- Respeito à cultura alimentar e sustentabilidade dos sistemas produtivos.

Objetivos do PMSAN

1. Reduzir os índices de insegurança alimentar e nutricional.
2. Promover a produção e o consumo de alimentos saudáveis.
3. Fortalecer a agricultura familiar e a economia solidária.
4. Estimular práticas alimentares saudáveis por meio da educação nutricional.
5. Ampliar o acesso a políticas públicas de SAN.

Diretrizes Específicas Locais

Além das diretrizes nacionais, o PMSAN de Brejo Santo incorpora diretrizes específicas que contemplam a realidade sociocultural, ambiental e sanitária do município, com destaque para:

a) Povos Tradicionais e Originários

- Reconhecimento e valorização do Povo Isú-Kariri, comunidade tradicional e originária localizada no território do Sítio Queimadas, como sujeito de direitos nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional;
- Promoção do acesso a programas de fortalecimento da agricultura tradicional, respeitando os modos próprios de produção, cultura alimentar e relação com a terra;
- Apoio a ações de soberania alimentar que fortaleçam o modo de vida e a identidade do povo Isú-Kariri, incluindo a inclusão prioritária em ações do PAA, PNAE e programas de cisternas;
- Participação ativa do Povo Isú-Kariri nas instâncias de controle social da política de SAN, como o CONSEA e conferências municipais.

b) Acesso à Água, Cisternas e Saúde com Vigilância Sanitária

- Ampliação do acesso à água de qualidade por meio da construção, recuperação e manutenção de cisternas de placas e sistemas simplificados de abastecimento, especialmente em áreas rurais e comunidades tradicionais;
- Integração da política de SAN com os programas de água para consumo humano e produção de alimentos, como o Programa Cisternas e o Projeto São José;

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – BREJO SANTO/CE

- Inserção da vigilância sanitária nas ações de SAN, com foco na segurança dos alimentos comercializados e distribuídos no município (feiras, merendas, cozinhas comunitárias, PAA e PNAE);
- Fortalecimento da atenção primária à saúde, com foco em ações de promoção da saúde e prevenção de doenças relacionadas à alimentação inadequada e ao consumo de água de má qualidade;
- Capacitação contínua de agentes comunitários de saúde e vigilância em saúde para atuação integrada no combate à insegurança alimentar e nutricional.

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

1. Promoção da Produção de Alimentos

- Apoio técnico e financeiro à agricultura familiar.
- Incentivo a práticas agroecológicas e sustentabilidade hídrica.
- Implantação de hortas comunitárias e escolares.

2. Acesso aos Alimentos

- Expansão dos programas de aquisição de alimentos (PAA, PNAE).
- Implantação de bancos de alimentos e cozinhas comunitárias.
- Fortalecimento da rede de assistência social (CRAS/CREAS) com enfoque em SAN.

3. Educação Alimentar e Nutricional

- Ações contínuas nas escolas, unidades de saúde e centros comunitários.
- Campanhas de combate ao desperdício de alimentos e promoção do consumo consciente.
- Capacitações para profissionais da rede de saúde, educação e assistência social.

4. Monitoramento e Avaliação

- Criação de um Sistema Municipal de Monitoramento da SAN.
- Coleta regular de dados (SISVAN, CadÚnico, IBGE, PNAE).
- Indicadores e metas anuais revisadas em conferências de SAN.

5. PLANO DE AÇÕES

As ações a seguir estão organizadas por eixo estratégico, com detalhamento de iniciativas, prazos e sugestão de órgãos ou parceiros responsáveis pela execução.

EIXO 1: Promoção da Produção de Alimentos

Ação	Descrição	Prazo	Responsáveis
1.1 Criação de programa municipal de agricultura urbana e periurbana	Apoio técnico e estrutural às hortas escolares, comunitárias e quintais produtivos	Curto prazo	Secretaria de Agricultura, SMEC, Organizações Comunitárias
1.2 Apoio a mulheres e jovens rurais	Inclusão produtiva e apoio ao cooperativismo	Médio prazo	Assistência Social, Agricultura, Juventude

**CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
– BREJO SANTO/CE**
EIXO 2: Acesso aos Alimentos

Ação	Descrição	Prazo	Responsáveis
2.1 Implantação de Banco de Alimentos	Arrecadação e redistribuição de alimentos excedentes	Médio prazo	Assistência Social, Agricultura, Entidades
2.2 Ampliação das Cozinhas Solidárias do "Ceará Sem Fome"	Fortalecer e manter as 5 cozinhas em funcionamento	Contínuo	Governo Estadual, Assistência Social
2.3 Criação de Restaurante Popular	Oferta de refeições saudáveis a preço simbólico	Longo prazo	Prefeitura, Governo do Estado, MDS
2.4 Ampliação do PAA	Incluir mais agricultores e entidades	Curto prazo	SMDA, MDS, Entidades
2.5 Realização de Feiras Agroecológicas	Comercialização regular de produtos saudáveis locais	Contínuo	Agricultura, Cooperativas, Secretaria de Cultura
2.6 Criação de Fundo Municipal de Combate à Fome	Captação de recursos p/ emergências alimentares: <ul style="list-style-type: none"> • Desastres naturais; • Perdas de colheita por fatores climáticos; • Surtos localizados de insegurança alimentar em comunidades vulneráveis; • Crises socioeconômicas que impactem drasticamente o acesso da população à alimentação adequada (ex. desemprego em massa, pandemias, inflação extrema). 	Médio prazo	Gabinete do Prefeito, COMSEA

EIXO 3: Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

Ação	Descrição	Prazo	Responsáveis
3.1 Educação alimentar nas escolas	Oficinas, hortas pedagógicas, cardápios educativos	Contínuo	SMEC, Nutricionistas, Escolas

**CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
– BREJO SANTO/CE**

3.2 Capacitação de profissionais em EAN e DHAA	Cursos p/ profissionais da saúde, educação e assistência	Curto prazo	SMS, SMEC, Assistência Social
3.3 Oficinas culinárias comunitárias	Envolvendo famílias e lideranças	Contínuo	CRAS, Conselhos Comunitários
3.4 Formação de agricultores familiares em agroecologia	Cursos e oficinas práticas sobre cultivo, beneficiamento e agroecologia	Médio prazo	Secretaria de Agricultura, Ematerce, IFCE
3.5 Campanhas públicas sobre alimentação saudável	Mídias sociais, escolas, unidades de saúde	Contínuo	Equipe Intersetorial

EIXO 4: Governança e Gestão Intersetorial

Ação	Descrição	Prazo	Responsáveis
4.1 Fortalecimento do COMSEA	Reuniões regulares, formação de conselheiros	Contínuo	Gabinete, COMSEA, Secretaria Executiva
4.2 Elaboração de protocolo intersectorial	Definir responsabilidades das secretarias envolvidas	Curto prazo	SMS, SMEC, Agricultura, Assistência
4.3 Realização de Conferências de SAN	Com ampla participação popular	Contínuo	COMSEA, Equipe Técnica

EIXO 5: Monitoramento e Avaliação

Ação	Descrição	Prazo	Responsáveis
5.1 Painel Municipal de Indicadores de SAN	Integrar dados do SISVAN, PNAE, CRAS, CadÚnico	Curto prazo	Equipe Técnica Intersetorial
5.2 Boletins de SAN	Divulgação periódica de dados e avanços	Contínuo	COMSEA, Setores Técnicos

**CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
– BREJO SANTO/CE**

5.3 Diagnósticos participativos de SAN	Aplicados nas comunidades com apoio popular	Médio prazo	CRAS, ACS, Universidades, COMSEA
-----------------------------------------------	---------------------------------------------	-------------	----------------------------------

6. RECURSOS E FINANCIAMENTO

Orçamento

A implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional demandará a alocação adequada de recursos financeiros, humanos e estruturais, de forma a garantir a efetividade das ações previstas e a consecução dos objetivos traçados.

O planejamento orçamentário deverá contemplar investimentos em infraestrutura (como hortas comunitárias, cozinhas solidárias e bancos de alimentos), aquisição e distribuição de alimentos, realização de capacitações intersetoriais, campanhas de educação alimentar e nutricional, bem como ações de monitoramento e avaliação.

A previsão orçamentária será definida anualmente, no âmbito da Lei Orçamentária Anual (LOA), em consonância com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Fontes de Financiamento

- Orçamento municipal (LOA)
- Fundos federais (MDS, FNDE)
- Emendas parlamentares
- Convênios com ONGs e setor privado

Recursos Humanos

Necessidade de:

- Nutricionistas
- Técnicos agrícolas
- Assistentes sociais
- Educadores populares
- Profissionais da saúde

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) de Brejo Santo/CE são fundamentais para garantir sua efetividade, transparência e a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Este processo visa acompanhar a execução das ações previstas, medir os impactos das políticas implementadas e permitir ajustes oportunos com base em evidências e participação social.

7.1 Indicadores de Desempenho

A escolha dos indicadores baseia-se na capacidade de mensuração dos resultados e no acesso a dados por sistemas públicos de informação. Os principais indicadores propostos para o PMSAN incluem:

- Percentual de famílias em situação de insegurança alimentar grave:** extraído do Cadastro Único (CadÚnico) e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), permitirá identificar a evolução da vulnerabilidade alimentar no município.

**CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
– BREJO SANTO/CE**

- b) Aumento da participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):** mede o percentual dos recursos do PNAE destinados à aquisição direta da agricultura familiar local, conforme exigência legal mínima de 30%.
- c) Redução da prevalência de obesidade infantil:** com base nos dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), será possível acompanhar o estado nutricional das crianças de 0 a 10 anos, com foco na prevenção e controle do excesso de peso.
- d) Número de pessoas beneficiadas pelas cozinhas comunitárias:** acompanhará o alcance social das cinco cozinhas solidárias implantadas no município através do Programa Ceará Sem Fome.

Outros indicadores complementares poderão ser definidos com base em ações específicas do plano e disponibilidade de dados, como o número de hortas implantadas, frequência das ações de educação alimentar, entre outros.

7.2 Mecanismos de Avaliação

Para garantir que o processo de monitoramento seja sistemático, transparente e participativo, serão adotados os seguintes mecanismos:

- a) Relatórios anuais de execução:** elaborados pelas secretarias municipais envolvidas na gestão do PMSAN (saúde, educação, assistência social, agricultura e planejamento), consolidarão os dados e avaliarão o cumprimento das metas estabelecidas.
- b) Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional:** espaços de participação cidadã previstos na Lei Orgânica de SAN, que serão realizados a cada dois anos. Nessas conferências, a sociedade civil poderá debater, propor e revisar as ações e diretrizes do plano.
- c) Avaliação participativa com controle social via Conselho Municipal de SAN (COMSEA):** o conselho exercerá papel central no acompanhamento da execução do PMSAN, fiscalizando recursos, avaliando o impacto das ações e propondo ajustes. Reuniões ordinárias e extraordinárias do COMSEA também servirão como espaços de escuta e deliberação.

Além disso, será estimulado o uso de painéis interativos e boletins semestrais de indicadores de SAN, acessíveis ao público e às instituições parceiras, promovendo a cultura da transparência e da responsabilidade social.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. *Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010*. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN: relatório de indicadores de estado nutricional por ciclo de vida*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2023: Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum*. Rome: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/CC3017EN>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades e Estados: Brejo Santo*. Rio de Janeiro: IBGE, [2025]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/brejo-santo.html>.

REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Brasil, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>.